



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO RELATIVO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO E EXAMES LABORATORIAIS PARA ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO – CONFORME NR 7), PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), E ANÁLISE E ESTUDO ERGONÔMICO DO TRABALHO (AET), INFORMAÇÕES PARA O E-SOCIAL (TOTVS) EM XML, GESTÃO SST - SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO E-SOCIAL. REALIZAR OS EXAMES DE ASO – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (EXAMES ADMISSIONAIS, MUDANÇA DE FUNÇÃO, RETORNO AO TRABALHO, PERIÓDICOS E DEMISSIONAIS), CONSULTAS OCUPACIONAIS E DEMAIS EXAMES COMPLEMENTARES, PARA ATENDER TODOS OS COLABORADORES DESTA COMPANHIA, CAPITAL E INTERIOR, INCLUINDO CARGOS COMISSIONADOS, SOB O REGIME CLT, EM CONFORMIDADE COM AS NR'S - 04, 07, 09, 15, 16, 17, 21 E 35.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Melvin Jones, n.º 219, Bairro São Pedro, Boa Vista - Roraima, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, inscrito no CPF n.º 376.027.482-04 e portador do RG n.º 89.261 SSP/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, CEP n.º _____, e-mail: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, inscrito no CPF n.º _____ e portador do RG n.º _____, conforme contrato social/ato constitutivo/procuração apensada à(s) folha(s) _____, tendo em vista o que consta no **PROCESSO N.º 201/2024**, têm, por mútuo consenso, por meio do presente instrumento, contratado o que a seguir declaram, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato fundamenta-se:

1.1.1. Na Licitação pelo Rito Procedimental Similar ao da Modalidade Pregão, na Forma Presencial, N.º ____/20____, amparada pelo artigo 32, IV da Lei Federal Federal n.º 13.303/2016, pelo artigo 89, § 1º do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pela Lei Federal n.º 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei Federal n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO E EXAMES LABORATORIAIS PARA ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO – CONFORME NR 7), PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), E ANÁLISE E ESTUDO ERGONÔMICO DO TRABALHO (AET), INFORMAÇÕES PARA O E-SOCIAL (TOTVS) EM XML, GESTÃO SST - SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO E-SOCIAL. REALIZAR OS EXAMES DE ASO – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (EXAMES ADMISSIONAIS, MUDANÇA DE FUNÇÃO, RETORNO AO TRABALHO, PERIÓDICOS E DEMISSIONAIS), CONSULTAS OCUPACIONAIS**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

E DEMAIS EXAMES COMPLEMENTARES, PARA ATENDER TODOS OS COLABORADORES DESTA COMPANHIA, CAPITAL E INTERIOR, INCLUINDO CARGOS COMISSIONADOS, SOB O REGIME CLT, EM CONFORMIDADE COM AS NR'S - 04, 07, 09, 15, 16, 17, 21 E 35.

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital de Licitação;

2.2.3. A Proposta da CONTRATADA;

2.2.4. Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$**_____ (_____).

3.1.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	UND	01		
02	PGR -Programa de Gerenciamento de Riscos	UND	01		
03	AET - Análise Ergonômica do Trabalho	UND	01		
04	Informações para o e-Social (TOTVS) em XML, Gestão SST - Saúde e Segurança do Trabalho no e-Social	UND	Sob Demanda		
05	Exames Médicos Ocupacionais com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO): Admissional, Mudança de Função, Retorno ao Trabalho, Periódico, Demissional e Exames Complementares	UND	Sob Demanda		
06	Homologação de Atestados, Laudos Médicos e Consultas Ocupacionais	UND	Sob Demanda		
TOTAL					

3.1.1.1. O atendimento médico do trabalho deverá ser realizado para todos os colaboradores da CAER lotados na sede de Boa Vista. Exceção feita aos exames periódicos, que além de serem realizados na sede, deverão contar com uma logística para atender os colaboradores lotados nas agências dos municípios de Roraima



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

listados na tabela do subitem 3.1.1. Esse atendimento poderá ser feito por meio do deslocamento do médico ou pelo credenciamento de uma empresa estabelecida nos respectivos municípios, sem cobrança adicional além do valor mensal contratual.

3.1.1.2. O número de colaboradores pode variar mensalmente, devido às admissões e demissões ao longo do período.

3.1.1.3. Os aumentos de empregados até o limite de 10% (dez por cento) estarão contemplados no preço mensal.

3.1.1.4. Na hipótese de o quadro de colaboradores superar o limite descrito no subitem 3.1.1.3, a CAER pagará à Contratada o adicional por empregado excedido.

3.1.1.5. O custo adicional por empregado excedente será equivalente ao valor mensal pago pela CAER dividido pelo total de 694 colaboradores (média per capita).

3.1.1.6. Caso ocorra mudança de endereço de quaisquer da sede e agências da CAER a empresa contratada deverá proceder ao cumprimento de suas obrigações no novo endereço, devendo haver prévia comunicação do CAER.

3.1.2. QUANTIDADE DE SEDES, AGÊNCIAS E FUNCIONÁRIOS:

3.1.2.1. Os serviços abrangem exclusivamente os colaboradores sob regime CLT.

3.1.2.2. A CAER possui 1 (uma) sede, 14 (quatorze) agências nos municípios e 694 colaboradores, distribuídos conforme a tabela abaixo:

LOCALIDADE	ENDEREÇO	QUANTIDADE DE COLABORADORES
BOA VISTA (Sede)	Rua: Melvim Jones, nº 219 - São Pedro	509
CANTÁ	Av. Renato Costa Almeilda S/N	24
BONFIM	Rua: Rodrigues P. Figueredo S/N	6
NORMANDIA	Rua: João Mariscado S/N	6
PACARAIMA	Av. Brasil S/N	7
AMAJARI	Rua: Raul Lima S/N	9
ALTO ALEGRE	Av. 13 de setembro S/N	20
MUCAJAÍ	Rua: José Bonifácio, S/N	14
IRACEMA	Rua: Floriano Peixoto, S/N	8
CARACARAÍ	Av. Senador Hélio Campos, S/N	24
RORAINÓPOLIS	Rodovia BR 174, S/N	25
SÃO LUIZ DO ANAUÁ	Rua: Dante de Oliveira, Nº 20	13
SÃO JOÃO DA BALIZA	Rua: São Francisco, S/N	13
CAROEBE	Rua: 4 de novembro, S/N	12



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

UIRAMUTÃ	Rua: Uiramutã, S/N	4
TOTAL		694

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER.

4.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada.

4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços.

4.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RENOVAÇÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato poderá ser renovado, observando-se o artigo 200 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano contado da data limite para apresentação da proposta na licitação, em ____/____/____.

7.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

7.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier(em) a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Fiscalizar a execução do contrato;

8.1.2. Proporcionar através da Divisão de Segurança no Trabalho (DST), e do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) todas as facilidades possíveis, visando à realização das consultas e programas especificados;

8.1.3. Efetuar o pagamento a Contratada em conformidade com o disposto neste instrumento;

8.1.4. Notificar por escrito a Contratada, em toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência definindo prazo de 05 (cinco) dias, para sua correção, a contar da notificação;

8.1.5. Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do contrato;

8.1.6. Repassar aos colaboradores as informações recebidas do prestador do serviços referentes aos dias, horários e endereços de atendimento.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Cumprir fielmente o estipulado neste instrumento;

9.1.2. Prestar os serviços com qualidade, diligência e respeito, pelos quais assume total responsabilidade;

9.1.3. Informar a CAER por escrito quando da impossibilidade de atendimento por superveniência de fato excepcional ou imprevisível com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 9.1.4.** Caso haja mudança de endereço, atualizar os dados cadastrais (endereço, telefone, corpo clínico, lista de equipamentos entre outros) junto a CAER com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 9.1.5.** Não transferir a outrem, no total ou em parte, o objeto do presente Instrumento Contratual;
- 9.1.6.** Prestar o atendimento em conformidade com as exigências específicas neste Instrumento Contratual;
- 9.1.7.** Sujeitar-se a mais ampla e restrita fiscalização parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações do mesmo, visando fiel desempenho do serviço;
- 9.1.8.** Manter durante todo o período de vigência do contrato todas as condições que ensejaram a sua habilitação;
- 9.1.9.** Efetuar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE com relação à prestação do serviço contratado, no prazo máximo de 07 (sete) dias após a notificação;
- 9.1.10.** Manter proposta aceita pelo CONTRATANTE durante todo o período de execução do contrato;
- 9.1.11.** Possuir clínica e/ou consultório dotado de equipamentos especializados conforme sua especialidade em condições de atender as necessidades do colaborador a ser avaliado;
- 9.1.12.** Agendar as consultas previamente solicitadas, em dias úteis, em horário preestabelecido;
- 9.1.13.** Realizar todas as consultas que se fizerem necessárias aos colaboradores da CONTRATANTE;
- 9.1.14.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CAER, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 9.1.15.** Desenvolver, fornecer e dimensionar a infraestrutura necessária ao atendimento e com satisfação dos colaboradores, dentro das normas estabelecidas pelo CONTRATANTE;
- 9.1.16.** Proceder à verificação rigorosa da identificação dos colaboradores. Qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credencias do colaborador será de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 9.1.17.** Arcar com as despesas decorrentes de serviço de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como pessoal, recepção, limpeza, entre outros;
- 9.1.18.** Permitir a CONTRATANTE avaliar o atendimento e os serviços prestados aos colaboradores, por intermédio de auditorias específicas realizadas por profissionais do quadro da CONTRATANTE que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado;
- 9.1.19.** Prestar a CONTRATANTE esclarecimentos relativos às ocorrências na execução do contrato;
- 9.1.20.** Desenvolver diretamente os serviços credenciados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do contrato, sob pena de rescisão contratual imediata;
- 9.1.21.** No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que se deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o colaborador em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria;
- 9.1.22.** Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela CONTRATANTE, atendendo às suas normas e diretrizes;
- 9.1.23.** O prestador do serviço CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- 9.1.24.** A responsabilidade técnica e regularidade perante seu órgão de classe são de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço CONTRATADO e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual;
- 9.1.25.** Concluir os programas em andamento mesmo após o vencimento do termo contratual;
- 9.1.26.** Atender todos os ASOS sob demanda, da capital, e deslocando-se para as demais unidades do interior, para melhor atender todos os colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (NR-07):



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.1.1. A contratada deverá elaborar, emitir ou renovar anualmente o PCMSO, conforme especificações da NR-07 do MTE.

10.1.2. A CAER deverá enviar a contratada os seguintes exames para emissão do PCMSO:

10.1.2.1. Exames admissionais a todos empregados admitidos na CAER;

10.1.2.2. Exames periódicos a todos empregados da CAER de acordo com os prazos legais;

10.1.2.3. Exames de mudança de função, entendendo-se por mudança de função toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho ou de setor que implique na exposição do trabalhador a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança;

10.1.2.4. Retorno ao trabalho aos empregados que retornarem a ocupação após afastamento (por acidente, doença ou parto) em período igual ou superior a 16 dias;

10.1.2.5. Exames demissionais aos empregados a serem desligados definitivamente da CAER;

10.1.2.6. Exames complementares, cujo tipo e periodicidade serão definidos pela contratada em razão da idade e/ou da função do empregado.

10.1.3. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), deve ser entregue no prazo de 30 dias, a contar a partir da data de assinatura contrato.

10.2. PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS:

10.2.1. A contratada deverá elaborar, atualizar e acompanhar, conforme especificações da NR-01 do MTE.

10.2.2. O prazo para entrega do documento atual e/ou elaborar/atualizar é de 90 dias a contar da data da entrega da ficha de encaminhamento ao colaborador;

10.2.3. O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) é um documento que visa identificar, avaliar e controlar os riscos presentes nas atividades de uma empresa. Para elaborá-lo, é importante incluir as seguintes seções:

10.2.3.1. Objetivo do PGR: Definir a finalidade do programa e sua importância para a segurança dos trabalhadores.

10.2.3.2. Identificação dos Riscos: Listar os riscos associados às atividades, considerando aspectos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.2.3.3. Avaliação de Riscos: Analisar a probabilidade e a severidade dos riscos identificados.

10.2.3.4. Medidas de Controle: Propor ações para mitigar ou eliminar os riscos, como equipamentos de proteção individual (EPIs), treinamentos e mudanças de processos.

10.2.3.5. Responsáveis: Designar as pessoas responsáveis pela implementação e monitoramento do PGR.

10.2.3.6. Cronograma de Implementação: Estabelecer prazos para as ações de controle.

10.2.3.7. Monitoramento e Revisão: Definir como será feita a avaliação contínua dos riscos e a atualização do PGR.

10.2.3.8. Treinamento: Planejar ações de capacitação para os colaboradores sobre os riscos e as medidas de controle.

10.3. AET - ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO:

10.3.1. Elaborar, atualizar e gerenciar a Análise Ergonômica do Trabalho (AET), nas dependências desta Companhia.

10.3.2. A Análise Ergonômica do Trabalho – AET, deverá ser entregue, em um prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato;

10.3.3. As análises ergonômicas do trabalho devem contemplar, no mínimo, para atender à NR17:

10.3.3.1. Descrição das características dos postos de trabalho no que se refere ao mobiliário, utensílios, ferramentas, espaço físico para a execução do trabalho e condições de posicionamento e movimentação de segmentos corporais;

10.3.3.2. Avaliação da organização do trabalho demonstrando:

10.3.3.3. Trabalho real e trabalho prescrito;

10.3.3.4. Descrição da produção em relação ao tempo alocado para as tarefas;

10.4. INFORMAÇÕES PARA O E-SOCIAL (TOTVS) EM XML, GESTÃO SST - SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO ESOCIAL:

10.4.1. Assessorar, emitir e enviar os arquivos referentes SST para a plataforma do eSocial;

10.4.2. O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato e de acordo com as normativas do eSocial.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

10.4.3. A execução do serviço será realizada mediante o envio das informações referentes aos ASOs para o e-Social desta Companhia, utilizando o sistema TOTVS em arquivos XML.

10.4.4. O prazo para envio do arquivo é de 24 horas, em formato eletrônico, através dos e-mails gep@caer.com.br ou dps@caer.com.br, contadas a partir da finalização do atendimento.

10.5. EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS

10.5.1. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO): ADMISSIONAL

10.5.1.1. Realizado na admissão do colaborador para garantir que ele está apto para a função.

10.5.1.2. A Divisão de Segurança do Trabalho – DST/SESMT expedirá aos colaboradores ficha de encaminhamento à contratada, autorizando a solicitação das consultas e exames laboratoriais, constando todas as informações necessárias, o colaborador terá no máximo 5 dias para realizar o exame médico ocupacional, a contar da data da entrega da ficha de encaminhamento ao colaborador:

10.5.1.2.1. Agendamento: O exame deve ser agendado antes do início das atividades do colaborador nesta Companhia.

10.5.1.2.2. Realização do Exame: O colaborador deve comparecer ao local indicado pela empresa contratada para a realização do exame. Exames laboratoriais, análises clínicas e exames complementares de diagnóstico deverão ser realizados conforme necessário, de acordo com a função desempenhada pelo trabalhador e em conformidade com a NR7. A empresa contratada terá um prazo de 2 dias úteis, a partir da coleta, para entregar o exame médico admissional ao colaborador.

10.5.1.2.3. Exames Complementares: Dependendo da função, podem ser solicitados exames adicionais, como audiometria, acuidade visual, eletrocardiograma, eletroencefalograma, espirometria, raio X torax PA, exame de imunização, toxicológico e demartológico.

10.5.1.2.4. Avaliação Clínica: o médico do trabalho realizará uma avaliação clínica completa, considerando o histórico de saúde do trabalhador e os riscos associados ao cargo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.5.1.2.5. Emissão do ASO: O Atestado de Saúde Ocupacional é emitido, indicando se o colaborador está apto para a função. A empresa contratada terá prazo de 1 dia útil após a avaliação médica, para a emissão do ASO para entregar ao colaborador.

10.5.1.3. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa contratada, na cidade de Boa Vista/RR, respeitando o PCMSO da CAER.

10.6. MUDANÇA DE FUNÇÃO

10.6.1. A mudança de Função é necessária quando o colaborador muda de função, para assegurar que ele está apto para as novas atividades.

10.6.2. A Divisão de Segurança do Trabalho (DST/SESMT) emitirá aos colaboradores uma Ficha de Encaminhamento à empresa contratada, autorizando a solicitação de consultas e exames laboratoriais, contendo todas as informações necessárias. Estes exames devem ser realizados, obrigatoriamente, antes da data de mudança de função.

10.6.3. Agendamento: O exame deve ser agendado com um médico do trabalho ou profissional de saúde ocupacional habilitado.

10.6.4. Avaliação Clínica: O médico do trabalho realizará uma avaliação clínica completa, considerando o histórico de saúde do trabalhador e os novos riscos associados à função.

10.6.5. Exames Complementares: Dependendo das novas atividades e dos riscos ocupacionais associados, podem ser solicitados exames adicionais, como audiometria, acuidade visual, eletrocardiograma, eletroencefalograma, espirometria, raio X torax PA, exame de imunização, toxicológico e demartológico.

10.6.6. Emissão do ASO: O médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO de mudança de função, indicando se o funcionário está apto ou inapto para a nova função.

10.6.7. O prazo para realização do exame é de 5 dias úteis, a contar da data da entrega da ficha de encaminhamento ao colaborador;

10.6.8. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa contratada, na cidade de Boa Vista/RR, respeitando o PCMSO da CAER.

10.7. RETORNO AO TRABALHO

10.7.1. O Retorno ao Trabalho é realizado após afastamento por motivo de saúde ou acidente, para confirmar que o colaborador pode retomar suas atividades.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.7.2. A Divisão de Segurança do Trabalho (DST/SESMT) emitirá aos colaboradores uma Ficha de Encaminhamento à empresa contratada, autorizando a solicitação de consultas e exames laboratoriais. Esta ficha conterá todas as informações necessárias. O colaborador terá o prazo de 30 dias, a contar da data da entrega da ficha de encaminhamento ao colaborador;

10.7.3. Realizar e emitir o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) referente aos exames médicos ocupacionais de retorno ao trabalho.

10.7.4. A empresa contratada terá um prazo de 2 dias úteis para entregar o exame médico de retorno ao trabalho ao colaborador.

10.7.5. Exames laboratoriais, análises clínicas e exames complementares de diagnóstico deverão ser realizados conforme necessário, de acordo com a função desempenhada pelo trabalhador e em conformidade com a NR7.

10.7.6. Exames Complementares: Dependendo da condição de saúde do colaborador, podem ser solicitados exames complementares, como Audiometria, Tipagem Sanguínea, Raio X Tórax PA, Acuidade Visual, Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Espirometria, Exame de Imunização, Toxicológico e Dermatológico.

10.7.7. Emissão do ASO: O médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO de retorno ao trabalho, indicando se o colaborador está apto ou inapto para retomar suas funções. A empresa contratada terá um prazo de 1 dia útil após a avaliação médica, para a emissão do ASO para entregar ao colaborador.

10.7.8. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa contratada, na cidade de Boa Vista/RR, respeitando o PCMSO da CAER.

10.8. PERIÓDICO

10.8.1. A Divisão de Segurança do Trabalho (DST/SESMT) emitirá aos colaboradores uma Ficha de Encaminhamento à empresa contratada, autorizando a solicitação de consultas e exames laboratoriais, contendo todas as informações necessárias.

10.8.2. Os exames periódicos serão realizados para todos os colaboradores no município de Boa Vista, RR. Os colaboradores lotados nas agências do interior deverão contar com uma logística adequada para atendimento nos respectivos municípios.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.8.3. A realização dos exames periódicos pode variar conforme a idade do colaborador, a função que desempenha e os riscos aos quais está exposto no ambiente de trabalho. De acordo com a NR-07, a periodicidade dos exames também pode levar em conta a idade:

10.8.3.1. Até 45 anos: Geralmente realizados a cada 2 anos (caso o trabalhador não esteja exposto a riscos significativos).

10.8.3.2. Acima de 45 anos: Devem ser realizados anualmente, mesmo na ausência de riscos ocupacionais evidentes.

10.8.4. O prazo para a execução dos exames será de 45 dias a contar da data da entrega da ficha de encaminhamento ao colaborador da sede de Boa Vista e agências dos municípios.

10.8.5. O prazo para envio da ASO (periódico) dos colaboradores em arquivo (sede e interior) da Companhia é de 48 horas, em formato eletrônico, através dos e-mails gep@caer.com.br ou dps@caer.com.br, contadas a partir da finalização do atendimento.

10.8.6. Planejar e executar a logística dos exames periódicos para os colaboradores lotados nas agências do interior (Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Uiramutã).

10.8.7. A empresa contratada deverá disponibilizar uma unidade móvel para realizar os exames periódicos em todos os colaboradores das agências da CAER no interior, no prazo de 45 dias úteis a partir da data do recebimento da solicitação pela contratada,.

10.8.8. Emissão do ASO em formato físico: O médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) periódico, indicando se o colaborador está apto ou inapto para continuar suas funções. A empresa contratada terá um prazo de 1 dia útil após a avaliação médica para a emissão do ASO, que será entregue ao colaborador da sede de Boa Vista. Para os colaboradores dos municípios, o ASO será entregue ao DST/SESMT através da contratada.

10.8.9. Exames Complementares: Dependendo das novas atividades e dos riscos ocupacionais associados, podem ser solicitados exames adicionais, como audiometria, acuidade visual, eletrocardiograma, eletroencefalograma, espirometria, raio-X de tórax PA, exame de imunização, toxicológico e dermatológico.

10.9. DEMISSIONAL

10.9.1. Demissional: Realizado na demissão para verificar as condições de saúde do



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

colaborador ao deixar a empresa.

10.9.2. A Divisão de Segurança do Trabalho (DST/SESMT) emitirá aos colaboradores uma Ficha de Encaminhamento à empresa contratada, autorizando a solicitação de consultas e exames laboratoriais, contendo todas as informações necessárias.

10.9.3. A empresa contratada tem um prazo de 10 dias para realizar o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) demissional. Realizar e emitir o ASO referente aos exames médicos ocupacionais demissionais a contar da data da entrega da ficha de encaminhamento ao colaborador;

10.9.4. Exames Complementares: Dependendo da função desempenhada e dos riscos ocupacionais, podem ser solicitados exames adicionais, como Audiometria, Tipagem Sanguínea, Raio X Tórax PA, Acuidade Visual, Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Espirometria, Exame de Imunização, Toxicológico e Dermatológico.

10.9.5. Emissão do ASO: O médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO demissional, indicando se o colaborador está apto ou inapto no momento da demissão. A empresa contratada terá um prazo de 1 dia útil após a avaliação médica, para a emissão do ASO para entregar ao colaborador.

10.9.6. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa contratada, na cidade de Boa Vista/RR, respeitando o PCMSO da CAER.

10.10. EXAMES COMPLEMENTARES

10.10.1. Deverão ser solicitados por ocasião dos exames médicos admissionais, retorno ao trabalho, mudanças de função, periódicos e demissional, quando se fizer necessário, respeitando o PCMSO da CAER.

10.10.2. O prazo para execução dos serviços é de 30 dias a contar da a contar da data da entrega da ficha de encaminhamento ao colaborador;

10.10.3. Exames Complementares: Dependendo da função e dos riscos ocupacionais, podem ser solicitados exames complementares, como Audiometria, Tipagem Sanguínea, Raio X Tórax PA, Acuidade Visual, Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Espirometria, Exame de Imunização, Toxicológico e Dermatológico.

10.11. HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS, LAUDOS MÉDICO E CONSULTAS OCUPACIONAIS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.11.1. Mediante avaliação clínica aos empregados da CAER, quando da realização de atestados, Laudos emitidos por médico(s) de outra(s) instituição(ões);

10.11.2. Realização de perícias médicas e demais diligências, por solicitação da CAER, visando à verificação da autenticidade e do conteúdo técnico de atestados de dispensa médica para o trabalho apresentados pelos empregados, bem como para avaliação das condições de saúde do empregado, para fins de readaptação de função;

10.11.3. Elaboração e manutenção do relatório anual do PCMSO, incluindo o planejamento e o controle da execução do programa, e ainda:

10.11.3.1. O número de exames realizados em empregados de ambos os sexos, e as ações integradas de saúde, neles realizados;

10.11.3.2. Número de resultados anormais;

10.11.3.3. Patologias mais incidentes por CID (CID-10);

10.11.3.4. Quantidade de acidentes do trabalho ocorridos e suas causas;

10.11.3.5. Quantidade de afastamentos e suas causas.

10.11.4. Acompanhamento dos casos de outros motivos legais de afastamentos: assistência ao contratante quanto ao monitoramento dos afastamentos que não tenham sido causados por acidente do trabalho.

10.11.5. O registro dos resultados dos exames clínicos e complementares descritos acima, além das conclusões e das medidas aplicadas, serão feitos em Prontuário Clínico/Ocupacional Individual que ficarão arquivados em local privativo sob guarda e responsabilidade da contratada e à disposição da CAER, para eventuais consultas sempre que necessário.

10.11.6. O prazo para solicitação da homologações dos atestados, Laudos e consultas ocupacionais será imediato a entrega da ficha de encaminhamento ao colaborador.

10.11.7. O prazo para homologação dos atestados, Laudos e consultas ocupacionais será imediato ao encerramento do atendimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO

11.1. A contratada deverá executar os serviços em sua sede própria, localizada no município de Boa Vista - RR, dispondo de logística adequada para atender todos os colaboradores desta companhia.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.2. Os Exames Médicos Ocupacionais, incluindo o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) admissional, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional, deverão ser realizados na sede da contratada em Boa Vista. Os exames periódicos deverão ser realizados tanto na sede, para os colaboradores lotados no município de Boa Vista, bem como nas agências do interior de cada município..

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

12.1. A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos na CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme os subitens 10.1.3, 10.2.2, 10.3.2, 10.4.2, 10.4.4, 10.5.1.2, 10.5.1.2.2, 10.5.1.2.5, 10.6.7, 10.7.2, 10.7.4, 10.7.7, 10.8.4, 10.8.5, 10.8.7, 10.8.8, 10.9.3, 10.9.5, 10.10.2, 10.11.6 e 10.11.7.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. O recebimento do objeto licitado, através de arquivos (físico e digital) ocorrerá em duas etapas: O recebimento provisório dos serviços se dará na data da entrega deles, ou seja, dentro dos prazos estabelecidos na CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, mais precisamente nos subitens 10.1.3, 10.2.2, 10.3.2, 10.4.2, 10.4.4, 10.5.1.2, 10.5.1.2.2, 10.5.1.2.5, 10.6.7, 10.7.2, 10.7.4, 10.7.7, 10.8.4, 10.8.5, 10.8.7, 10.8.8, 10.9.3, 10.9.5, 10.10.2, 10.11.6 e 10.11.7, contados para efeito de posterior verificação da conformidade deles, com as especificações constantes neste Instrumento Contratual e na proposta vencedora.

13.2. O recebimento definitivo dos serviços, será finalizado em até 5 (cinco) dias contados do recebimento provisório mencionado no subitem 13.1, após a aferição de qualidade, especificações e quantidades e consequente aceitação;

13.3. Não serão aceitos serviços entregues em desacordo com o estabelecido neste Instrumento Contratual, onde eles serão imediatamente recusados, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

13.4. Caso o prazo definido no subitem 13.3 não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregue, sendo aplicadas às penalidades previstas neste Instrumento Contratual.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

15.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

15.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

15.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

15.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

15.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

15.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

15.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

15.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

15.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo à penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

15.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

15.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e à incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

15.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

15.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

15.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

15.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

15.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

15.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

15.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

15.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

16.2. A extinção dos contratos, de acordo com o art. 247 do RILC/CAER, poderá ocorrer:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.2.1. Pela via natural, quando verificado o cumprimento total das obrigações firmadas pelas Contratantes;

16.2.2. Por fato anterior ou contemporâneo à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso II do art. 247 do RILC/CAER;

16.2.3. Por fato posterior à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "f1", "f2" e "f3" do inciso III do art. 247 do RILC/CAER;

16.2.4. Pela morte do Contratado, quando este for Pessoa Física.

16.3. Constituem motivo que autorizam a CAER exercer o direito de resolução do contrato, conforme art. 248 do RILC/CAER, dispensado provimento judicial nesse sentido:

16.3.1. O descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pelo Contratado;

16.3.2. A alteração da pessoa do Contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CAER;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela CAER e que causem prejuízo à execução do objeto.

16.3.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

16.3.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

16.3.5. A dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;

16.3.6. A decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;

16.3.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Contratado, desde que prejudique a execução do contrato;

16.3.8. Razões de interesse da CAER, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

16.3.9. A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

16.3.10. A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

16.3.11. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

16.3.12. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.3.13. Quando o Contratado for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de Compliance ou equivalente.

16.4. Os casos de resolução contratual por ato unilateral da CAER devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado ao Contratado direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por meio da instauração.

16.5. Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da CAER, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos instrumentos convocatório e contratual e no RILC/CAER:

16.5.1. Assunção imediata do objeto contratado pela CAER, no estado e local em que se encontrar;

16.5.2. Retenção para execução da garantia contratual e de eventuais créditos devidos ao Contratado, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela CAER;

16.5.3. Impedimento de participar de licitações e firmar contratos com a CAER até que seja finalizado o processo administrativo para apuração das responsabilidades e eventual aplicação de sanções ao Contratado.

16.6. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa do Contratado, este será, conforme art. 249 do RILC/CAER, ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e, ainda terá direito a:

16.6.1. Devolução da garantia;

16.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

16.6.3. Pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta do Programa Orçamentário: 41090.17122010.001.000/304/001, do orçamento do **CONTRATANTE**.

17.2. Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços n.º ____, datada de __/__/__, no valor de R\$ ____ (____).



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pelo Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos, pela Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais Legislações Correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC/CAER.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA REVISÃO CONTRATUAL

20.1. A revisão contratual dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto no artigo 221 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

20.2. Salvo nas contratações em que seja adotada cláusula de matriz de riscos e alocação das responsabilidades, o contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.3. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

20.3.1. Comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;

20.3.2. O evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;

20.3.3. O evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;

20.3.4. O efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;

20.3.5. Restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;

20.3.6. O efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmou-se o presente contrato, o qual é assinado pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2025

Assinam:

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

PELA CONTRATADA:

NOME DO REPRESENTANTE

Representante Legal

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____